

Outros Olhos: as ru(s)gas da cidade e seu desvelamento nos discursos contemporâneos¹

De que matérias são feitos os olhos que não conseguem ver as rugas das velhas cidades?

Luís Antônio dos Santos Baptista

Não basta não queimar os homens: é possível queimá-los com a caneta e esse fogo é ainda mais cruel na medida em que seu efeito permanece até as gerações futuras.

Carta a Voltaire, enviada por judeus portugueses e alemães

O tempo estava claro e ensolarado quando a equipe da Revista O GLOBO chegou ao Piscinão de São Gonçalo. A idéia era fazer um ensaio de moda com óculos escuros e alguns acessórios, usando os próprios freqüentadores do lugar como modelos. De cara, os donos do pedaço entraram na onda: como se vê, não faltaram voluntários para fazer bonito diante da câmera.(GARCIA, 2007, p.26)

O texto acima vem acompanhado de fotos. Estas mostram os ‘freqüentadores do lugar’, como eufemisticamente são chamadas as pessoas de baixa renda que estavam no Piscinão de São Gonçalo neste dia de sol. Os ‘donos do pedaço’. Interessante alcunha, que nos leva a perguntar: donos de quê, mesmo? Certamente que não dos óculos que portam, provavelmente mais caros que o seu salário mensal – nos raros casos em que há salário. Então, volta a perguntinha incômoda: do que essas pessoas são donas? A resposta não é tranquilizadora: são donas dos ‘restos’ da cidade, dos pedaços que uma determinada parcela da população não se interessa mais por se apropriar, e deixa, qual material descartado nos grandes lixões urbanos, para que uma outra parcela dele se apodere e dali extraia o seu sustento. Segundo Laymert Garcia dos Santos,

a cidade deixou de ser porque o espírito da cidade não habita mais os seus moradores. O espírito não está mais lá, esgarçou-se até romper-se sob forças concomitantes e complementares da riqueza e da miséria, que, desenfreadas, tomaram conta do espaço e do tempo, violentando os lugares e as pessoas. [...] Os privilegiados, sentindo na pele os efeitos da desagregação, desertaram, refugiando-se nos *bunkers* em que se transformaram as casas, os edifícios, os shoppings. (SANTOS, 2002, p. 116)

Desde as discussões iniciais sobre a modernidade, tem sido exaustivamente afirmado que esta é excludente, ou seja, ela “*enveredou por (des)caminhos marcados pelo descarte da maioria*” (RIBEIRO, 2005, p. 413). A novidade agora, é que, junto a essa maioria – que se torna cada vez mais absoluta e irrevogavelmente descartada – são deixados de lado também pedaços inteiros do tecido urbano. A cidade é transformada em

¹ Este texto foi originalmente publicado na revista de Antropologia Urbana *Os Urbanitas*, ano 5, volume 5, número 7, julho de 2008. Disponível em <http://www.osurbanitas.org/>

colcha de retalhos, reunião de partes cada vez mais mal costuradas, em que se misturam cada vez menos esferas pública e privada. O privado busca proteção, esconde-se atrás de muros, protege-se com cercas elétricas, exige carteirinha de sócio para entrar.

Esses locais privados, protegidos, passam muito longe do Piscinão de São Gonçalo, certamente. Neles, não há *donos* do pedaço. O 'pedaço' não é compartilhado. No máximo o sujeito é dono do *seu* pedaço. Mas é dono *de fato*, com direito a câmeras de vigilância, seguranças e acesso controlado. O resto é apenas paisagem que se atravessa no caminho para os *shoppings*, para os condomínios fechados, para os clubes privados, para as casas de campo. Uma paisagem de não-lugares, segundo Marc Augé, que sugere que “*se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não se pode definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar*” (AUGÉ, 1994, p.73). Esta sucessão de não-lugares nos quais vai se transformando a cidade é uma conseqüência dos processos de adaptação atravessados pela dinâmica urbana. A cidade vai se conformando espacialmente a esta perda de consistência social, perdendo, ela também, tessitura. Neste mesmo processo, esgarçam-se o sentido do espaço urbano, o laço social e as formas de construção da cidadania.

A essa perda de tessitura corresponde, portanto, uma perda similar na trama das redes sociais. Vive-se o oposto do narrado por Ítalo Calvino. Este, em *As Cidades Invisíveis*, nos fala de uma cidade: Ercília. Ali,

para estabelecer as ligações que orientam a vida da cidade, os habitantes estendem fios entre as arestas das casas, brancos ou pretos ou cinza ou preto-e-brancos, de acordo com as relações de parentesco, troca, autoridade, representação. Quando os fios são tantos que não se pode mais atravessar, os habitantes vão embora: as casas são desmontadas; restam apenas os fios e os sustentáculos dos fios. (CALVINO, 1999, p.72)

Através da leitura de Calvino, é inevitável pensar em como é fácil deixar que a percepção da vida social se deixe seduzir por perfumarias: a paisagem, o construído, o consumo, as representações do urbano na mídia e nos discursos políticos. Nada disso a exprime, entretanto. Somente ao abrimos mão destes aspectos conseguimos enxergar as rugas das cidades, descortinar a esfera das relações sociais. Esta, porém, pode não nos ser agradável. Esta situação é bem exemplificada por Lars von Trier, em seu filme, *Dogville*. Sua cidade abdica do que é mais aparente na urbe: suas pedras. Trier nos mostra um vilarejo composto apenas por marcações no piso, à guisa de divisões espaciais. E, paradoxalmente, nos faz perceber que a mineralidade da cidade, apesar de sempre presente, é totalmente prescindível. Quando ela se ausenta conseguimos enxergar com muito mais clareza a alma de seus cidadãos e as relações estabelecidas entre eles. Essa visão não é confortável, porém. As rugas - e rugas - da cidade de Trier a enfeiam.

As nossas cidades mostram-se como o avesso daquela Ercília formada por teias de relações sociais, ou desta *Dogville*, que prescindem de suas pedras para deixar aparentes suas diversas formas de sociabilidade e dominação: na urbe contemporânea, o aspecto material – as suas pedras - é cada vez mais abundante, espesso, impositivo. Esta materialidade não é formada apenas por suas paredes construídas. É composta também por outros aspectos - aparentemente menos significativos, porém tão imperativos quanto muros - que demarcam limites e definem categorias muito bem estabelecidas: uma determinada roupa, um certo tênis e, até mesmo uns... óculos de sol. Qualquer um destes itens pode servir tão bem quanto uma parede para determinar uma diferença, uma distância. A definição dos grupos urbanos acontece também pelos detalhes. Face aos códigos representados por estes instrumentos, as diversas segmentações da cidade contemporânea tornam-se cada vez mais presentes e as suas diversas regiões, cada vez mais definidas. Por outro lado, uma vez inseridos em um determinado segmento, os sujeitos que ali se encontram tendem a estar cada vez mais identificados com aquela determinada categoria, tornando-se, portanto, cada vez mais padronizados. E as relações sociais, empurradas crescentemente para a superficialidade, arrebatam-se com mais facilidade, interrompidas sob o peso destes muros, reais ou simbólicos.

Esta crescente redução da sociabilidade, que sucumbe aos apelos cada vez mais fortes do consumo e da emergência do *homo economicus* faz com que sejam anuladas, progressivamente, as singularidades entre uma parcela dos seus cidadãos, que passam a estar unidos nas categorias estabelecidas pela escala do consumo, cujo interesse é simplificar e agrupar as necessidades e desejos de todos segundo as suas ofertas.

Resta a pergunta: e os que não consomem? E aqueles que não *podem* fazê-lo? Segundo Bauman, estes são os 'consumidores falhos', ou seja, "*peças incapazes de responder aos atrativos do mercado consumidor porque lhes faltam os recursos requeridos*" (BAUMAN, 1998, p.24). Ainda segundo o mesmo autor, isto se transforma em um problema, uma vez que a aptidão para participar do jogo consumista é um dos critérios de aceitação da sociedade pós-moderna. Esta, que se pretende cada vez mais pura, facilmente assimilável e classificável, vê nesta parcela da população uma ameaça à sua intenção de ordenamento do mundo. Estes, que estão impossibilitados de consumir, seriam os "*novos impuros, que não se ajustam ao novo esquema de pureza. Encarados a partir da nova perspectiva do mercado consumidor, eles são redundantes – verdadeiramente 'objetos fora do lugar'*" (BAUMAN, 1998, p.24). A partir desse raciocínio é que podemos vislumbrar um panorama preocupante sobre as rupturas na sociabilidade contemporânea: à medida que vai se cristalizando esta imagem sobre o ideal de 'pureza' e 'organização' que deve permear a sociedade, forma-se também um imaginário sobre quem pode ou não pertencer a esta

sociedade 'almejada'. Tal raciocínio volta-se contra as pessoas que não obedecem ao padrão estabelecido, considerando-as um obstáculo ao alcance desta ordem e, conseqüentemente, excluindo-as. Dizendo de forma mais clara: sob esta ótica da 'pureza', é justificável descartar setores inteiros da sociedade, tentando privá-los de voz ativa e reduzindo seus papéis sociais e sua dimensão na vida cotidiana da cidade. De acordo com Hannah Arendt:

A função do âmbito público é iluminar os acontecimentos humanos ao fornecer um espaço das aparências, um espaço da visibilidade, no qual homens e mulheres podem ser vistos e ouvidos e revelar mediante a palavra e a ação, quem eles são. Para eles, a aparência constitui a realidade, cuja possibilidade depende de uma esfera pública na qual as coisas saiam da escura e resguardada existência. (ARENDR apud ORTEGA, 2000, p. 28)

Ora, se a alguns segmentos da população é negado este direito à representação na esfera pública, ou se essa representação precisa passar por um processo de 'domesticação', de forma a torná-la mais palatável ao que é considerado aceitável pela sociedade moderna, podemos afirmar que está em curso um processo de descarte de tais segmentos. Há várias formas de realizar este descarte, mas o certo é que, das mais claras às mais veladas, todas as formas de comportamento e construção de discursos que não falam mais em nome da cidadania e sim da segregação, contribuindo para o *apartheid* nas cidades, servem ao engendramento crescente de uma tensão urbana, resultante da fricção entre os diversos grupos que ali se embatem diariamente.

Uma das formas mais insidiosas que há de acirrar esta tensão é o discurso da exclusão que não se assume como tal, não deixa claro qual o papel que está por ele sendo desempenhado. Ou, pior, sequer o percebe.

Ao comentar as diversas formas de intolerância que geram violência nas grandes cidades, Luís Antônio Baptista cunha o termo 'amoladores de facas'. Quem seriam estes 'amoladores'? Aqueles que, de alguma maneira, contribuem – com suas falas, análises, atitudes – para este acirramento das tensões urbanas, e que, em última instância, constituem-se em uma das gotas da garrafa de álcool que queima o índio, um dos grãos de pólvora da bala que assassina o morador da favela, uma das passadas da pedra de amolar na faca que degola um homossexual. Segundo o autor:

Destituídos de aparente crueldade, tais aliados amolam a faca e enfraquecem a vítima, reduzindo-a a pobre coitado, cúmplice do ato, carente de cuidado, fraco e estranho a nós, estranho a uma condição humana plenamente viva. [...] Incorporados em profissionais de prestígio, os amoladores de facas circulam dentro e fora da mídia, produzindo a ingênua e eficaz impressão de uma fala individual e neutra (BAPTISTA, 1999, p.46).

Trata-se aqui, de, mais que observar, *perscrutar* os discursos, as falas da mídia, os pequenos gestos, aquilo que está implícito, quase invisível, e que, exatamente porque não

se pretende agressivo, o é. O seu caráter insidioso o transforma em um poderoso 'amolador de faca'. Nas palavras de Roland Barthes:

A linguagem nunca é inocente. As palavras têm uma memória segunda que se prolonga misteriosamente no meio das novas significações. [...] Todas as marcas escritas se precipitam como um elemento químico no início transparente, inocente e neutro, no qual a simples duração faz aparecer a pouco e pouco todo um passado em suspensão. Toda uma criptografia cada vez mais densa." (BARTHES, 1984, p.22).

Assim é esta matéria da Revista O Globo. Aparentemente, apenas uma matéria sobre moda, apresentando as últimas tendências em óculos escuros. Na verdade, um tratado sobre a exclusão. As pessoas que posam com os óculos, colocadas em um certo lugar e utilizadas meramente como cenário, têm abstraída de si a sua humanidade. O sociólogo José de Souza Martins nos fala sobre esse processo, no qual o desprezo à alteridade tem como objetivo a recusa em conferir humanidade ao Outro, tornando mais fácil a sua categorização e decorrente apropriação pelas forças dominantes (MARTINS, 1997). Eficientemente desumanizados, os freqüentadores do piscinão de São Gonçalo podem servir à apropriação da publicidade.

Observamos este 'outro mundo' através do filtro do jornal, como se víssemos o Iraque em guerra através do filtro da televisão. Mostrado desta forma, o outro, seja o soldado que mata e está do outro lado do mundo, seja o morador de nossa cidade que não poderia nos estar mais distante, perde seu poder de nos ameaçar com as diferenças. Apropriada, digerida e 'asseptizada' pela mídia, esta diferença transforma-se em mera curiosidade. O discurso midiático infantiliza este sujeito, transformando-o, na matéria em questão, em 'dono do pedaço' que quer, qual criança, 'fazer bonito diante da câmera'. Para nossa diversão. Para mapearmos as novas tendências. Esse é o discurso daquele que se pretende mais forte, do colonizador que minimiza o outro para não enfrentar a possível ameaça que este possa representar. Temos, no Brasil, exemplos históricos da utilização de tal estratégia: dos índios no período colonial, que foram tratados como crianças ignorantes que precisavam de catequização, aos escravos que eram vistos como animais que serviam apenas para o trabalho. Esse discurso que reduz, categoriza, contém dentro de certos padrões e infantiliza o seu protagonista, muitas vezes é aplicado consciente de seu poder minimizante e destrutivo. Outras vezes não atenta claramente para seu efeito. Mas, em ambas as situações, embute em si o poder de 'amolar a faca', ainda que possa vir, explicitamente, revestido por outras intenções.

Na mesma revista que traz esta reportagem, temos uma matéria de capa que nos mostra os 'caçadores de tendências', que seriam os "*profissionais encarregados de descobrir, antes de todo mundo, o que vai ser consumido amanhã*". Se forcarmos esta expressão até o seu limite, podemos incluir nesta 'caça por tendências' mais uma, mapeada

em reportagens, publicidades, discursos da mídia: o *consumo da humanidade do outro*, sendo o termo 'consumo' aqui, utilizado no sentido da sua primeira definição no dicionário Aurélio: "*gastar ou corroer até a destruição*". Esta 'nova tendência', portanto, utiliza-se deste outro, apropriando-se da sua singularidade, do que o torna diferente de nós, e transformando-a em curiosidade para o nosso consumo e em poderoso limitador à sua sociabilidade, na medida em que força a sua contenção dentro de uma categorização empobrecedora.

Estes discursos, se por um lado reforçam os laços que integram os indivíduos a determinados grupos sociais, por outro, através da amarração destes mesmos laços, reafirmam e reforçam as imagens que constroem a separação entre classes. O mesmo laço que serve à união de uma determinada classe transforma-se na corda que amarra seus membros, cristaliza um certo panorama e não os permite sair deste lugar, transformando o convívio entre as diferenças e a vivência da cidadania em relações que se vêem engendradas sob um prisma cada vez mais restrito e excludente. Em uma época que enfatiza a política do particular e não do universal, esta cidadania, que traz em sua gênese a preocupação do *geral* e do *público*, parece irrelevante às preocupações modernas (CLARKE, 1996). Ou seja, a cidade não é mais o elo entre o leitor da revista, que a folheia rápida e desavisadamente em sua poltrona após o descanso da tarde de domingo; o jornalista que saiu da redação para – rumo a outro mundo no qual entra com a imunidade que a imprensa imagina conferir a seus representantes - realizar a matéria que tem o poder de amolar um pouco mais a faca da exclusão social; e as pessoas que posaram com os óculos, que, se consultados, possivelmente teriam dito gostar da ilusória oportunidade de inclusão que lhes foi oferecida. Estes três vértices não compõem um triângulo no centro do qual está o urbano. Configuram-se, sim, como uma forma desconstruída, que possui algumas poucas sobreposições e muitas áreas que pertencem apenas a cada um dos personagens. Cada um destes vive em sua própria cidade, e estas não mais desempenham o papel de espaços de intermediação entre diferentes mundos e rotinas, passando a funcionar meramente como uma aglomeração de pessoas que não possuem mais o sentimento de pertencer a um conjunto. Há, entre esses mundos, fronteiras muitas vezes intransponíveis. No Brasil, segundo Martins, é justamente a situação do conflito social que define de forma mais relevante a situação de fronteira. Esta se configura como...

...um ponto de referência privilegiado para a pesquisa sociológica porque encerra maior riqueza de possibilidades históricas do que outras situações sociais. Em grande parte porque mais do que o conflito entre grupos sociais com interesses conflitivos, agrega a esse conflito também o conflito entre historicidades desconstruídas. (MARTINS, 1997, p. 182)

Exatamente pela sensação de exacerbação destas fronteiras, e em busca do sentimento confortável de 'pertencimento' a uma categoria - que, conforme já afirmamos, no

mundo contemporâneo implica a exclusão de outros - é que uma parcela da população abre mão de participar da vida da cidade, abstraindo-se dela. Esta passa a não ser mais de sua alçada. Só a vêem através dos vidros obscurecidos e blindados de seus automóveis. A identidade compartilhada que deveria ser construída, dentre outros fatores, pela ocupação de um lugar comum, se vê assim, colocada em xeque, e deixa de existir. A cidadania, que já não é considerada relevante, entra em um processo de deterioração.

Constrói-se, na verdade, a anti-cidade, já que, ao contrário dos espaços interrelacionais da cidade tradicional, estes espaços que compõem o panorama da cidade contemporânea, não possuem relação entre si, comportando-se no mapa urbano de forma pontual. O receio da violência transformado em receio do outro, do contato, ainda que visual, cria estas situações inusitadas, nas quais o território da cidade vai sendo sitiado, dividido em regiões, e o acesso à sua totalidade é vetado a alguns. Multiplicam-se exemplos deste fenômeno, nos prédios em que para entrar é necessário deixar documentos, registrar impressões digitais e fotos; nos shoppings que, apesar de apregoarem-se como espaços públicos, arbitram-se ao direito de decidir quem pode ou não transitar por seus corredores ou no fenômeno cada vez mais comum dos edifícios com fachadas espelhadas, as quais, ao mesmo tempo em que impedem a visão do seu espaço interno, refletem a cidade, configurando-se como uma barreira e garantindo aos seus usuários uma espécie de 'invisibilidade' protetora assim que alcançam o seu interior. Não há qualquer intenção de troca com o espaço urbano. Uma parcela cada vez mais expressiva da população rejeita os espaços da cidade tradicional respaldada por diversos argumentos, que vão do medo da violência às dificuldades de estacionamento para seus automóveis. De acordo com a filósofa Olgária Matos, *"a tendência é realmente no sentido do encapsulamento e do contato apenas com aquilo que não é desafio"* (MATOS, 1998, p.61). A rua é progressivamente abandonada. E a armadilha é que, ao abandoná-la, parte fundamental do significado das vidas que por ali transitavam deixa de existir. Francisco Ortega nos ensina que *"a formação de identidade é um processo público, um acontecimento no mundo. [...] O sujeito se constitui no mundo compartilhado com outros indivíduos."* (Ortega, 2000, p.28) Sob essa ótica, a cidade é o local por excelência do acontecimento dessa construção. Ora, se os espaços públicos vão sendo esvaziados e a cidade aos poucos deixa de ser o espaço da diversidade, dividida que vai sendo por categorias sociais, econômicas e culturais, os acordos de civilidade que buscavam garantir uma certa ordenação de convivência entre as diversas categorias que ali se expressavam, perdem a sua razão de existir. Assim que, a esta parcela da população que abandona a cidade, corresponde também um progressivo abandono do social e da urbanidade. Uma decadência do sentido de 'cidade'. A historiadora Maria Alice de Carvalho

cunhou a expressão “cidade escassa”, para referir-se a este espaço parco de convivialidade.

E define:

A cidade se tornou pequena para comportar tantos e tão novos seres que pareciam habitar, até então, os subterrâneos da cidade. [...] quando são intensos os padrões de exclusão e grande parte da população não se reconhece como partícipe de uma trajetória coletiva, a cidade torna-se objeto de apropriação privatista, de predação e da rapinagem, lugar onde prosperam o ressentimento e a desconfiança sociais. (CARVALHO, 1995, p.58)

O que sobra deste espaço que foi sugado, espremido, espoliado, é o bagaço que se destina àqueles que a matéria jornalística chama de ‘donos do pedaço’. Retomando a pergunta feita no início do texto, ou seja, do que estas pessoas seriam donas, finalmente podemos nos arriscar a uma resposta. Achemos, por fim, algo que lhes pertence: este simulacro de cidade. Porque os óculos com os quais posam para a matéria da revista, estes, certamente tiveram que ser devolvidos ao final das fotos.

Imagens:



figura 1 - Matéria 'Outros Olhos' - 1ª página (26)



figura 3 - Matéria 'Outros Olhos' - 3ª página (28)

Bibliografia

Augé, Marc. **Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papyrus, 1994.

Baptista, Luís Antônio dos Santos. **A cidade dos sábios**. São Paulo: Summus editorial, 1999

Barthes, Roland. **O grau zero da escrita**. Coleção signos 3. Lisboa: edições 70, 1984.

Bauman, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

Calvino, Ítalo. **As Cidades Invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

Carvalho, Maria Alice Rezende de. *Cidade escassa e violência urbana*. **Série Estudos IUPERJ**. Rio de Janeiro, nº 91, 1995.

Clarke, Paul Barry. **Deep citizenship**. London: Pluto, 1996.

Garcia, Alice Autran. *Outros Olhos*. **O Globo**. Rio de Janeiro: 1º de abril de 2007, Revista O Globo nº140, pp. 26/28.

Martins, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

Matos, Olgária. Interiores in _____. **Vestígios: escritos de filosofia e crítica social**. São Paulo: Palas Athena, 1998. pp.61-63.

Ortega, Francisco. **Para uma política da amizade: Arendt, Derrida, Foucault**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

Ribeiro, Ana Clara Torres. *Sociabilidade hoje: leitura da experiência urbana*. **Cadernos CRH**. Salvador, v.18, nº 45, 2005.

Santos, Laymert Garcia. São Paulo não é mais uma cidade. In Pallamin, Vera. **Cidade e Cultura: esfera pública e transformação urbana**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.